

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



A PRECARIEDADE COMO REGRA: APORTES PARA UM REPOSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO PRECARIOUSNESS AS A RULE: CONTRIBUTIONS TO AN EPISTEMOLOGICAL REPOSITIONING

PAULO NASCIMENTO NETO

PT | EN

Paulo Nascimento Neto é arquiteto com Mestrado e Doutorado em Gestão Urbana. Atuou como consultor na área de Planejamento Urbano e junto ao poder público, com oito anos de exercício profissional na Prefeitura Municipal de Curitiba, PR. É editor-adjunto da revista *Urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana e professor adjunto associado ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. paulo.neto@pucpr.br

Como citar esse texto: NASCIMENTO NETO, P. A precariedade como regra: aportes para um reposicionamento epistemológico. **VIRUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

A precariedade urbana é usualmente concebida como uma categoria vinculada às externalidades do planejamento e gestão urbanos, expressa em termos de ausência de infraestruturas de suporte à vida, sejam elas de maior ou menor materialidade. A despeito do caleidoscópio de instrumentos metodológicos disponíveis, o alcance efetivo dos resultados obtidos em projetos de intervenção ainda permanece objeto de controvérsias. A narrativa hegemônica carrega consigo o risco de operacionalizar uma dominação simbólica dos territórios populares, reforçando sua condição estigmatizada. A partir desta questão norteadora, e de forma a revisitar as estruturas epistemológicas e estratégias metodológicas envolvidas, este artigo tensiona criticamente a própria dimensão ontológica da precariedade urbana. Tendo por suporte de reflexão o modelo epistemológico rizomático proposto por Deleuze e Guattari, avança-se sobre as dimensões materiais e imateriais do conceito de assentamentos precários, propondo novas bases de ação coletiva.

Palavras-chave: Assentamentos precários, Precariedade urbana, Assentamentos informais, Territórios populares

1 Introdução

Originados de múltiplos processos de acesso informal ao solo por setores de menor renda da sociedade, os territórios populares se consolidaram no cenário urbano a partir da ocupação de áreas ambientalmente frágeis (MARQUES, 2015), residuais e de pouco interesse para o mercado imobiliário, nos quais passa a operar a lógica da sobrevivência (KOWARICK, 1980). À ilegalidade fundiária e edilícia somam-se dificuldades no acesso aos serviços públicos e infraestruturas urbanas, menos oportunidades de emprego e maior exposição à

violência (ALMEIDA, ALVIM, 2016; NOBRE, 2008), em um caleidoscópio que conforma um processo de segregação multidimensional, transbordando leituras vinculadas exclusivamente a indicadores de infraestrutura (ABRAMO, 2007; QUILLIAN, 2012).

Distante de leituras universalizantes, este panorama nos impõe a compreensão das especificidades dos processos de urbanização ocorridos nos diferentes contextos socioespaciais. Deve-se avançar para além dos métodos cartográficos tradicionais, incapazes de fazer frente à natureza dos processos urbanos contemporâneos (SCHIMD et al., 2018; SOJA, 2000), que demandam uma epistemologia das condições sociometabólicas do espaço (BRENNER, SCHIMD, 2014) e de suas relações experienciais a partir do corpo no espaço (WAGNER, DUARTE, 2015; BOURDIEU, 2018).

Destarte, a leitura da forma urbana *per se* se mostra insuficiente para a adequada compreensão dos territórios populares. Múltiplas territorialidades neles se articulam e se sobrepõem, em um dinâmico arranjo de sujeitos, ações e subjetividades que supera o convencional escopo de entendimento relegado ao que se convencionou chamar de *assentamentos precários*. Aqui se encontra a fronteira de partida deste trabalho. Adentrar na esfera conceitual da precariedade dos assentamentos urbanos implica discuti-la epistemologicamente, impondo, por conseguinte, a necessidade primeira de debate sobre sua própria dimensão ontológica.

Neste contexto, destacamos, como problema de pesquisa, a visão ontologicamente restrita da precariedade como derivativa do planejamento físico-territorial. Esta estrutura explicativa se conformou na sociedade a partir de uma topologia de árvore (DELEUZE, GUATTARI, 2011), na qual determinados conceitos são subordinados hierarquicamente a conceitos de nível superior. Em outras palavras, a discussão conceitual do tema é condicionada pelo significado dos conceitos de nível mais alto, que estabelecem os limites dentro dos quais os questionamentos podem ou não se impor.

A precariedade urbana é, desta forma, concebida como categoria vinculada às externalidades do planejamento e gestão urbanos, expressa em termos de ausência de infraestruturas de suporte à vida, sejam elas de maior ou menor materialidade. O *locus* privilegiado deste processo está nos assentamentos humanos produzidos à margem da lei (CALDEIRA, 2017), fragmentos de cidade informal que não cabem nos parâmetros euclidianos de zoneamento concebidos para um modelo de cidade organizada em lotes individualizados por títulos de propriedade (FISCHER et al., 2014). A estes territórios, estigmatizados desde sua denominação (FREIRE, 2008), reserva-se o dever de pacientemente aguardar a ação do Estado, responsável por urbanizá-los e integrá-los à cidade formal. Títulos de propriedade e infraestruturas, por si só, garantiriam a requalificação destes espaços. Mas será que esse entendimento, convenientemente instrumental, não nos impede de enxergar a cidade de forma mais abrangente?

Apoiando-nos nos estudos de Deleuze e Guattari (2012) sobre o processo de subjetivação, é premente reconhecer que a linha de segmentaridade dura que separa os sujeitos da cidade formal e aqueles da favela constitui apenas uma das diferentes estratificações que os classifica. A vida, na realidade, não se resume às grandes oposições binárias, mas comporta linhas maleáveis e de fuga que lançam luz sobre elementos diversos daqueles recorrentemente debatidos nos estudos relacionados à urbanização de assentamentos informais. Se a precariedade se manifesta em diferentes dimensões e o sistema dual é incapaz de responder à complexidade dos sujeitos e dos espaços por eles construídos, impõe-se a necessidade de tensionar criticamente a própria dimensão ontológica da precariedade urbana que, em última instância, leva à reanálise crítica de suas estruturas epistemológicas e estratégias metodológicas.

Refletir sobre os métodos de análise e intervenção em territórios populares carrega consigo uma discussão intrínseca sobre a posição do saber técnico-científico e de seu papel no processo de legitimação, a partir do universo simbólico. Problematizando o debate em sentido amplo, Bourdieu (2004) defende que os métodos são, em essência, uma "representação ideológica da maneira legítima de fazer a ciência" (BOUDIEU, 2004, p. 55), algo que se deve respeitar "não para conhecer o objeto, mas para ser visto como alguém que sabe como conhecer o objeto" (BOURDIEU, WACQUANT, 2005, p. 250, tradução nossa).

É sobre tal conjunto articulado de indagações que este artigo se concentra, avançando sobre a trincheira epistemológica da precariedade urbana, a fim de explorar suas bordas não aparentes, desvelar sua dimensão imaterial e investigar seus reflexos na dimensão metodológica. Diante deste objetivo, o artigo se estrutura essencialmente em três seções: inicialmente se investigam as (i) dimensões materiais da precariedade urbana, na sequência, delinham-se os (ii) contornos de seu reposicionamento conceitual e, por fim, (iii) exploram-se os rebatimentos metodológicos deste processo, à luz das discussões empreendidas no trabalho.

2 Assentamentos precários: conceito e estigma

Afinal, o que caracteriza a precariedade de um assentamento humano? Esta é uma questão central deste trabalho. Sem dúvida, a ausência de infraestrutura básica, a carência de equipamentos públicos e baixos

padrões de habitabilidade constituem aspectos de fundamental importância e, como tal, demandam a premente ação do Estado. Evidenciando a posição de destaque destes tópicos, observam-se significativas contribuições da literatura, seja em sua dimensão constitutiva (MORAES et al., 2016), seja em sua dimensão concreta no âmbito das políticas públicas (CARDOSO, DENALDI, 2018). Estes mesmos estudos apontam para uma atuação deficitária do Estado, na qual saltam aos olhos os problemas decorrentes da adoção de uma visão essencialmente funcionalista (por vezes, sanitária) que, em última instância, desfigura a sensível ação de intervir em um território popular em uma ação homogeneizada e homogeneizante de urbanização *stricto sensu*.

Independentemente da metrópole para a qual se dirija a atenção, na América Latina, é possível identificar um repertório comum de violência do Estado, notadamente a partir de remoções sistemáticas e forçadas, legitimadas pelo discurso de especial interesse público (MAGALHÃES, 2013; NOGUEIRA, 2019), e de relocação de famílias para áreas distantes do local original de moradia (LIB NIO, 2016; NASCIMENTO NETO, 2020). Os sujeitos que lá moram ou moravam, desprovidos de sua plena autonomia, são convidados a opinar sobre o destino de suas vidas, mas sobre ele não podem decidir. A captura da autonomia de suas decisões engendra um processo heteronômico que envolve não apenas o macro-poder do Estado, em evidência, mas também os micro-poderes inerentes às relações sociais, plasmados na própria cidade. Como bem recorda Foucault (1998), ainda que não haja um titular do poder, ele sempre é exercido em determinada direção, de forma que, embora não se saiba ao certo quem o detém, não há dúvidas sobre quem não o possui.

A regra é, assim, a imposição de um modelo estandardizado de habitar, composto por sistemas condominiais horizontais ou verticais, que, em última instância, traduzem o desprezo operado pelo Estado em relação à esfera intangível da vida comunitária, das práticas culturais e da vitalidade urbana existente nestes territórios (SALINGAROS et al., 2006). A própria utilização das expressões assentamentos precários (BRASIL, 2010) e aglomerados subnormais (IBGE, 2010) implica em subjugação simbólica dos territórios populares, na imposição de uma forma de heteronomia que, de plano, reserva aos seus moradores a posição de sujeitos passivos. Esta subordinação também se reforça pela insegurança da posse, amplificada pela dependência do sistema político segundo o "jogo de tolerância" frente à informalidade imanente. Estes elementos, em última instância, levam à distinção corpóreo-territorial de direitos (BARBOSA, SILVA, 2013), gerando hierarquias de distribuição de direitos da cidadania entre grupos sociais. Esta distribuição é operada em uma dimensão espacial, mas também vivenciada pelos corpos que transitam entre os diferentes compartimentos da cidade.

Não por outro motivo, as babás, copeiras e faxineiras, contratadas em regimes precarizados de trabalho para cuidar dos filhos de famílias de alta renda, devem deixar os seus próprios filhos em creches desde os primeiros meses de vida (RODRIGUES, 2020), retornando às suas casas para o mero descanso fisiológico apenas nas últimas horas da noite, por vezes apenas aos finais de semana (MARTÍNS, 2016). Não por acaso, o direito à inviolabilidade do domicílio é recorrentemente desrespeitado em operações policiais (SCHREIBER, 2018; DPU-RJ, 2018), prática comum nas favelas de qualquer metrópole, mas não presenciada em outros setores da chamada cidade formal. Não sem consequências, se estabelece uma fronteira física e simbólica na sociedade, a partir da qual aqueles que "lá moram" são vistos como precarizados, aqueles cujas vidas, em última instância, valem menos.

Essa redução de importância simbólica permite a destruição material dos corpos e populações (BEATO, 2010; RAMÃO, WADI, 2010), suportada por uma necropolítica operada pelo Estado (MBEMBE, 2017), evidenciada pelo urbidicídio em curso nestes territórios (MENDONÇA, 2019).

[o poder necropolítico] Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. [...] Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necropolítico pode multiplicá-lo infinitamente, quer em pequenas doses (o mundo celular e molecular), quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos pequenos massacres do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, de estrangulamento, de vivissecção, [...] (MBEMBE, 2017, p. 65).

Sob a insígnia de projetos de cidade nos quais a relocação de famílias é sinônimo de qualificação urbana, nos quais a redução da criminalidade justifica violações de direitos fundamentais, pouco a pouco constrói-se uma indissociável relação entre territórios populares e precariedades. Esta leitura, carregada de traços de estigmatização e imprecisão, coletivamente disseminada em determinados segmentos da sociedade, deve ser desconstituída. O território popular se constitui, de fato, em verdadeiro acervo prático-simbólico (BARBOSA, 2014), comportando um conjunto de memórias, símbolos e valores cristalizados no espaço. Estes nos convidam à transposição da leitura simplista da forma-aparência, por mais precária que se apresente, em direção à adequada compreensão das vivências coletivamente compartilhadas (BARBOSA, SILVA, 2013) e de suas reverberações espaciais.

Ora, diante da reflexão apresentada, a restrição do debate da precariedade aos territórios populares suscita questionamentos sobre sua real finalidade. Não será essa uma estratégia de poder, a partir da qual determinados grupos sociais se impõem e impõem sua agenda de valores, práticas e instrumentos de coerção? Devemos superar a visão reducionista da dicotomia formal-informal, tendo em vista que os territórios populares não constituem o polo oposto ao que convencionalmente chamados de cidade formal. Trata-se de manifestações espaciais distintas de um fenômeno comum, no qual as relações de ambiguidade prevalecem (TELLES, CABANES, 2006), transitando-se em limiares tênues entre formal-informal, legal-illegal, lícito-ilícito. Destarte, é possível (e até mesmo ético) generalizar o conceito a ponto de aplicá-lo de maneira homogeneizada nos territórios populares, de tal forma que, em muitos casos, assentamentos precários e territórios populares apareçam como sinônimos? Afinal, quais são as dimensões constitutivas da precariedade?

À guisa de sintetização dos debates presentes no campo, ao considerar as condições sociometabólicas no espaço construído que se contrapõem a uma relação de precariedade, propõe-se, aqui, a existência de três vertentes centrais: (i) a primeira, de maior grau de materialidade, relacionada à dimensão concreta da cidade, de suas edificações, infraestruturas, serviços e equipamentos; (ii) a segunda, de menor materialidade, ainda que identificável, vinculada à apropriação do espaço segundo a articulação de percepções individuais e coletivas, que estruturam lugares e não-lugares; e, por fim, (iii) a terceira vertente, relativa à esfera psicossocial de sociabilidade constituída e seu rebatimento em termos de vitalidade urbana.

Neste ponto, interessa-nos avançar sobre a terceira vertente, evidenciando a energia potencial de redes horizontais de solidariedade estabelecidas entre os moradores de territórios populares, expressa pela sua densidade organizacional, pela autogestão comunitária, pelas ações de autourbanização, pelos atos de resistência frente às pressões de remoção e violência, e pelos movimentos de defesa de seus saberes e de sua cultura frente à imposição de valores e práticas hegemônicas.

[...] A incerteza de incorporação na cidade, juntamente com a natureza gregária que acompanha toda a intensa emigração, se traduz em uma cadeia humana de ajuda mútua [...] recompondo os laços humanos e de solidariedade dentro do hostil espaço social urbano. O processo de integração dos diferentes grupos com diferentes costumes e *habitus* ocorre com tensões que, muitas vezes, são superadas a partir de eventos, como a luta contra o despejo, o processo de gestão de serviços ou a participação em celebrações coletivas¹ (FERNANDEZ CABRERA, 2012, p. 54, tradução nossa).

Em contraposição a esta vitalidade pulsante dos territórios populares, são extensos os debates e análises envolvendo a baixa qualidade dos espaços públicos da cidade formal, sua incipiente apropriação pelos moradores do entorno e o desfazimento de laços de amizade e vizinhança, que tem na figura do condomínio fechado, securitizado e vigiado, uma das suas maiores expressões de concretude. Em diversas pesquisas com extenso trabalho de campo – ver, por exemplo, Rosa, Souza, Oliveira e Coelho (2012) e Eckert (2002) –, evidenciou-se, entre os moradores do que convencionou-se chamar de “cidade formal”, uma ampla tendência de desinteresse às associações de bairro, um sentimento de insegurança generalizada vinculada² e de incapacidade do Estado, que se alia a uma certa inércia coletiva, delegando ao outro (poder público) a necessidade exclusiva de ação. Ora, o que demonstram resultados desta natureza senão um elevado grau de precariedade, desde a terceira vertente anteriormente proposta?

Com isso, não se pretende advogar que os territórios populares constituem ilhas de tranquilidade ou mesmo que todos, de forma homogênea, exprimem grande vitalidade urbana. Mas também não se pode negar que uma compreensão alargada da precariedade nos impõe a necessidade de reestruturar seu conceito desde sua dimensão ontológica, desfazendo o risco de correlação automática entre as expressões territórios populares e assentamentos precários.

3 (Des)articulações da precariedade: aportes de reposicionamento ontológico

De forma a embasar o desafio imposto de rediscussão conceitual, faz-se fundamental discorrer sobre o próprio modelo epistemológico do conceito debatido. Conforme já abordado anteriormente, a partir das reflexões de Deleuze e Guattari (2011), problematizamos o conceito de assentamento precário desde uma estrutura hierárquica de árvore, segundo a qual impõem-se determinadas limitações de reposicionamento ontológico resultantes do próprio arranjo de subordinação estabelecido com conceitos de nível superior.

Assim, de início, propõe-se o reposicionamento do conceito dentro de um modelo rizomático (DELEUZE, GUATTARI, 2011), a partir do qual não há linhas de subordinação hierárquica e organizações sólidas de agrupamento. Independentemente de sua posição, todos os elementos se sujeitam à influência mútua. Neste contexto, a figura metafórica que se coloca é um nó em uma rede de conceitos, na qual não há uma

centralidade única, nem limites impostos por campos do conhecimento. Contrapõe-se, assim, ao modelo hierárquico, que resulta, em última análise, da distribuição do poder e autoridade no corpo social, responsáveis por definir quais conceitos são superiores a quais, em clara correspondência à noção de campo desenvolvida por Bourdieu (2004).

Dentro desta estrutura epistemológica, importante também é definirmos com maior precisão o termo conceito. Para Deleuze e Guattari (2011), o conceito remete necessariamente a um problema, dentro do qual a complexa arte de articular componentes permitirá reunir estes últimos em torno de um nome. Esta atividade, destarte, está relacionada ao contexto na qual foi forjada, não sendo possível conceber conceitos em termos universais. Eles são singulares, têm vínculo com uma aplicação particular, com um problema, sendo esta singularidade a responsável por constituí-los propriamente como conceitos. Contribuindo com o exposto, Bourdieu (2004, p. 57) afirma que

Os conceitos podem – e, em certa medida, devem – permanecer abertos, provisórios, o que não quer dizer vagos, aproximativos ou confusos [...]. A contribuição de um pesquisador pode consistir, em mais de um caso, em atrair a atenção para um problema, para alguma coisa que não era vista porque evidente demais, clara demais, porque, como dizemos em francês, "saltava aos olhos".

Alinhado ao exposto, e diante da restrição de extensão do artigo, a resposta ao desafio imposto neste trabalho buscará avançar sobre as trincheiras do conceito consolidado, propondo novos marcos fundantes, notadamente por meio da identificação de dimensões da precariedade urbana e como estas se articulam. Em outras palavras, se, por ora, não se pode definir com a precisão requerida o que a precariedade urbana é, ao menos pode-se asseverar o que ela não é: não se trata meramente de um aglomerado de ausências de infraestruturas e serviços públicos em áreas não legalizadas perante a estrutura do Estado.

Advoga-se, neste trabalho, que o conceito de assentamento precário pode se relacionar tanto aos territórios populares quanto aos setores formais da cidade, não devendo ser reduzido a uma dimensão instrumental. Como decorrência deste reposicionamento, que também é uma revisão do próprio modelo epistemológico no qual o conceito se posiciona, propõe-se a delimitação de três dimensões centrais:

+ Dimensão de materialidade dominante, vinculada à concretude da cidade (edificações, infraestruturas, serviços e equipamentos);

+ Dimensão de materialidade relativa, vinculada à apropriação do espaço e à construção de imagens (individuais e coletivas) da cidade, conformando lugares e não-lugares;

+ Dimensão imaterial, vinculada à esfera psicossocial de sociabilidade e de vitalidade urbana.

Estas três dimensões se articulam mutuamente e produzem, por meio de sua interação, maior ou menor grau de precariedade. Com isso, reforça-se: qualquer compartimento da cidade poderia comportar a denominação de assentamento precário, a depender de qual dimensão seja considerada para tal. A implicação automática desta repactuação ontológica é o estabelecimento de uma resistência no campo simbólico; uma trincheira de legitimação dos territórios populares desde suas próprias características morfo-paisagísticas e valores socioculturais a partir da qual problematizam-se diferentes vertentes de precariedade.

4 Instrumentalizações da precariedade: reflexões do campo metodológico

A discussão, em nível constitutivo, da ideia de assentamento precário traz consigo demandas inerentes de avanço sobre as novas fronteiras epistemológicas abertas, de forma a instrumentalizá-las em nível metodológico. Conforme se evidenciou até aqui, a compreensão alargada do conceito de precariedade urbana e o reconhecimento de sua natureza relacional lança luz sobre a complexidade das relações de poder envoltas na construção social da realidade. Neste contexto, faz-se fundamental operacionalizá-lo, a fim de conectar, não sem controvérsias, os aportes teóricos e os rebatimentos na dimensão da práxis, evitando-se incorrer em um relativismo analítico que pouco contribuiria ao debate em questão.

Enfrentar este desafio a partir de uma perspectiva rizomática implica reconhecer que a discussão do grau de precariedade de um território, ainda que comporte critérios mínimos de salubridade e urbanidade, gravita sobre dimensões subjetivas, para as quais não há caminho possível senão aquele produzido a partir da justaposição de múltiplas narrativas. Articulam-se, assim, saberes tradicionais e localmente gestados com saberes técnicos e científicos em análises de amplo espectro, que congreguem leituras divergentes em processos dialógicos de construção coletiva de diagnósticos e proposições. Ao final, trata-se de enxergar os diferentes compartimentos da cidade como uma resultante deste processo, no qual as relações não se dão a priori (modelo standardizado), mas se manifestam a partir das condições específicas de (re)produção do

cotidiano e do espaço construído. Variáveis analíticas de operacionalização de cada dimensão constitutiva já se encontram dispersas na literatura de diferentes campos do conhecimento. É premente o exercício de articulá-los com vistas à instrumentalização do conceito³ que, em última análise, será produto de sucessivas pactuações entre os atores envolvidos, a partir de acordos atravessados por assimetrias de poderes e diversidade de interesses, nem sempre declarados.

A despeito do *devoir* imposto em termos de operacionalização, permanece clara a necessária reestruturação epistemológica e metodológica a ser concebida desde a escala local, a partir da qual permite-se, inclusive, questionar a organização e desenho das políticas públicas de habitação, sejam elas de provisão ou urbanização. Será que essa divisão setorializada, que adota parâmetros homogêneos e homogeneizantes, responde a algo em termos de melhoria urbana, senão à própria exigência do Estado de operacionalizar sua ação? Quais são as implicações de uma abordagem desconectada deste modelo fordista de produção de moradias em massa, de algo que não conforma habitar, apenas habitat? Avaliar a efetividade da política a partir do número de unidades entregues ou metros de rede de esgoto, por si só, responde a algo senão à própria necessidade do governo de autopromoção, ou regulação de corpos e territórios?

5 Considerações finais

As questões de fechamento da seção anterior se colocam em formato propositadamente polemizado, de forma a animar o debate em trabalhos subsequentes. Elas constituem, simultaneamente, produtos da discussão e elementos da reflexão que a fomenta, desviando-se de modelos explicativos de causa-efeito essencialmente positivistas, posicionando o foco de investigação nas fronteiras do sistema, nas "franjas porosas por onde as relações de troca de ideias, valores, de práticas e de objetos se realizam" (BARBOSA, 2014, p. 132). Pois é "em meio aos escombros que ele produz que devem ser procurados os germes e os maiores potenciais de superação do quadro por todos lamentados" (SOUZA, 2006, p. 329).

Neste contexto, o convite à reflexão do método nos chama, de forma inevitável, a um mergulho mais profundo a partir da discussão simultânea de diferentes níveis constitutivos, passando-se pela compreensão ontológica do tema, seus reflexos em termos epistemológicos e as implicações decorrentes de sua repactuação no campo metodológico. Apoiando-se no princípio rizomático de Deleuze e Guattari (2011), esta estrutura relacional de construção do argumento reforça a premência de abordagens que desconstruam a estrutura tradicional de hierarquização de conceitos que, em última instância, levam a restrições substanciais de produção de conhecimento e de sistematização de formas de apreendê-lo, sobretudo no panorama contemporâneo.

Novas bases implicam, inevitavelmente, novos pressupostos de ação pública, a partir da qual os resultados já não seriam previamente estabelecidos (soluções padronizadas de moradia), mas derivariam de um processo dialógico de construção coletiva de diagnósticos e proposições. Resultados desta natureza reconheceriam a pluralidade dos territórios populares, a vitalidade de suas dinâmicas sociais e, em última análise, possibilitariam um aprendizado mútuo e coletivo entre diferentes setores da sociedade.

Referencias

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 25-30 nov. 2007.

ALMEIDA, A. A.; ALVIM, A. A. T. B. Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2016. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016.

BARBOSA, J. L. Territorialidades da cultura popular na cidade do Rio de Janeiro. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos da Cultura**, n. 7, p. 130-139, 2014.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. DE S. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s.l.], n. 1, p. 115-126, 20 abr. 2013.

BEATO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. Social Space and the Genesis of Appropriated Physical Space. **Int. J. Urban Reg. Res.**, v. 42, p. 106-114, 2018.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BRENNER, N.; SCHMID, C. The 'Urban Age' in Question. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2014.

CALDEIRA, T. P. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de favelas no Brasil**: um balanço preliminar do PAC. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

DPU-RJ - DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Comunidades do Rio sofrem 30 tipos de violações durante Intervenção. **Notícias DPU-RJ**, 27 de setembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3grjFVh>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: 34, 2012.

ECKERT, C. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In: MINAYO, M.; COIMBRA JUNIOR, C. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

FERNANDEZ CABRERA, B. Territorialidad, sujetos populares y nuevas resistencias. **CDC**, v. 29, n. 81, p. 49-78, 2012.

FISCHER, B.; MCCANN, B.; AUYERO, J. (Eds.). **Cities from Scratch**: Poverty and Informality in Urban Latin America. Durham: Duke University Press, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, L. de L. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 95-114, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010** - aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LIBÂNIO, C. de A. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 37, p. 765-784, 2016.

MAGALHÃES, A. O "legado" dos megaeventos esportivos. **Horizontes Antropológicos**, v. 40, p. 89-118, 2013.

MARTÍNS, M. A vida de uma babá no clube mais seleteo do Rio de Janeiro. **El País**, 1 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/actualidad/1464300764_523657.html. Acesso em: 10 mar. 2020.

MARQUES, E. Urban Poverty, Segregation and Social Networks in São Paulo and Salvador, Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 39, p. 1067-1083, 2015.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

- MENDONÇA, M. J. **A cidade como espaço de batalha urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vitória: UFRN, 2019.
- NASCIMENTO NETO, P. A dimensão esquecida da política habitacional: reflexões a partir do caso da Área Metropolitana de Curitiba (PR). **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 47, p. 215-246, 2020.
- NOBRE, E. A. C. Precariedade do habitat e política de habita o de interesse social: o caso da Grande São Paulo. In: Pereira, P.; Hidalgo, R. (Eds.). **Producción Inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina**. Santiago: FAUUSP. p. 245-256, 2008.
- NOGUEIRA, M. Displacing Informality: Rights and Legitimacy in Belo Horizonte, Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 43, p. 517-534, 2019.
- QUILLIAN, L. Segregation and Poverty Concentration: The Role of Three Segregations. **American Sociological Review**, v. 77, n. 3, p. 354-379, 2012.
- RAM O, F. P.; WADI, Y. M. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribui o espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 207-230, 2010.
- RODRIGUES, A. Sem licença e com boletos, mães de SP passam a deixar beb s de 1 mês na creche. **Folha de São Paulo**, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://folha.com/0anlovg5>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- ROSA, E. M.; SOUZA, L. de; OLIVEIRA, D. M. de; COELHO, B. I. Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 4, p. 826-839, 2012.
- SALINGAROS, N.; BRAIN, D.; DUANY, A. M.; MEHAFFY, M. W.; PHILIBERT-PETIT, E. Social housing in Latin America: a methodology to utilize processes of self-organization. In: 2  Congresso Brasileiro e 1  Ibero-americano de Habita o Social. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006, p. 28-47.
- SCHMID, C.; KARAMAN, O.; HANAKATA, N. C.; KALLENBERGER, P.; KOCKELKORN, A.; SAWYER, L.; STREULE, M.; WONG, K. P. Towards a new vocabulary of urbanisation processes: A comparative approach. **Urban Studies**, v. 55, n. 1, p. 19-52, 2018.
- SCHREIBER, M. Interven o no Rio: mandados de busca coletiva são ilegais e criminalizam pobreza, afirmam juristas. **BBC Brasil**, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43122197>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- SOJA, E. W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real and imagined places**. Oxford: Blackwell, 2000.
- SOUZA, M. L. de. **A prisão e a  gora**: Reflexões em torno da democratiza o do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- TELLES, V. da S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.
- WAGNER, S. G.; DUARTE, C. R. A ambi ncia peculiar do lugar quintal nas resid ncias da zona norte do Rio de Janeiro. **Revista Interfaces**, v. 1, n. 22, p. 89-96, 2015.

1 Do original em espanhol: [...] *la incertidumbre de la incorporación a la ciudad, unida al carácter gregario que acompaña a toda emigración masiva, se traduce en una cadena humana de ayuda mutua [...] recomponiendo los lazos humanos y de solidaridad dentro del hostil espacio social urbano. El proceso de integración de los diferentes grupos con costumbres y habitus diferenciales se hará con tensiones en muchas ocasiones superadas con eventos como la lucha contra el desalojo, el proceso de gestión de los servicios o la participación en celebraciones colectivas.*

2 Destacando-se que, "no imaginário da popula o, a tend ncia   conceber o 'inimigo' na figura genérica do 'pobre bandido', o 'outro', que amea aria uma irreversibilidade na crise urbana. (ECKERT, 2002, p. 74).

3 A título de exemplo, aponta-se o potencial explicativo das categorias *territorialidade vital* e *territorialidade política* (FERNANDEZ CABRERA, 2012), que podem contribuir com uma série de elementos discutidos neste artigo.

